

Sobre reflexões e repúblicas: a tradução do diálogo em drama

About reflections and republics: the translation of dialogue into drama

Camila Bylaardt Volker¹

Resumo: O presente artigo analisa alguns aspectos de *A procissão do Sayré*, texto teatral de José Paes Loureiro, de 1976, em contraposição ao diálogo platônico *A República*. Partindo de uma discussão entre ser e parecer, o texto teatral vai ser perscrutado tendo em vista alguns debates antigos estabelecidos por Sócrates e seus interlocutores. Enquanto, de um lado, Sócrates conduz o debate no diálogo platônico e, ao ouvir e interrogar os seus interlocutores, planeja um modelo ideal de cidade, de outro, Dioniso, diante da República que dirige, escolhe não escutar seus conselheiros e se tornar aquilo que desejava parecer. No fundo da cena, o canto do Uirapuru dissolve as aparências e conta o que estava acontecendo. Mas ninguém ouve o seu canto e a procissão do Sayré chegam à República, acreditando estar ali a terra verde prometida. Equacionando esses elementos, o artigo apresenta um recorte de leitura que privilegia algumas tradições gregas mobilizadas pela peça e a discussão sobre o estatuto das narrativas simples e mista que aparece no texto de Platão. Chegamos, assim, na reflexão sobre a tradução entre gêneros literários, ou em como Loureiro traduz *A República* em drama.

Palavras-chave: *A procissão do Sayré*; *A República*; narrativa; drama.

Abstract: This article analyzes some aspects of *A procissão do Sayré*, a play by José Paes Loureiro, from 1976, as opposed to the platonic dialogue *A República*. Starting from a discussion between being and seeming, the theatrical text will be scrutinized in view of some old debates established by Socrates and his interlocutors. While, on one hand, Socrates conducts the debate in the Platonic dialogue and, by listening and questioning his interlocutors, plans an ideal model of the city, on the other hand, Dionysus, faced with the Republic he directs, chooses not to listen to his advisers and become what he wanted to look like. In the background of the scene, the singing of Uirapuru dissolves appearances and tells what was happening. But no one hears his song and the Sayré procession arrives in the Republic, believing that the promised green land is there. With all these elements, the article presents a reading scene: the play, some Greek traditions that it mobilizes, and the status of simple and mixed narratives in Plato and how this reflects in a translation of literary genres.

Keywords: The Sayré procession; The Republic; narrative; drama.

Sobre os autores:

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004), mestrado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007) e doutorado em Curso de Pós-Graduação em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Acre. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura brasileira, Teoria literária, poética comparada.

Neste artigo vamos aproximar dois textos: *A República*, de Platão, e *A procissão do Sayré*, peça de Paes Loureiro, vencedora do II Concurso Universitário de Peças Teatrais, de 1976. O texto de Loureiro se passa em uma fictícia república, chamada República Mineral, em que o dirigente Dioniso e seus assessores legislam e executam suas decisões sobre a cidade. Enquanto esse pequeno comitê deliberativo age, temos um grupo de pessoas, a procissão do Sayré, que se dirige à República. Eles deixam para trás os seringais, as febres, as dores, e caminham com entusiasmo para a terra do futuro, a República Mineral.

Imagina-se que o cenário para o drama seja a Amazônia por causa da referência a uma tradição existente em Alter do Chão, a Procissão do Sayré, pelo nome do rio, de alguns personagens e a referência a uma floresta abundante em água e peixes. Além disso, a avidez de investidores que querem explorar os recursos do lugar faz lembrar tantos empreendimentos predatórios que se instalaram na floresta e de lá retiraram recursos, deixando para trás um cenário de devastação da fauna e da flora, situação que afetou — e afeta — drasticamente a vida dos habitantes locais. Ainda sim, não há no texto uma menção específica a algum lugar; influenciados pela atmosfera do teatro de Paes Loureiro e pelo local factual da festa do Sayré, pensemos na Amazônia e na sua dinâmica de ocupação populacional para desenvolver nossa elaboração aqui.

A procissão do Sayré contrapõe dois grupos de personagens: em um universo amazônico-grego, estão Dioniso, centuriões, os sete-sábios, os financistas e outros — esse universo vem repleto de referências tanto à mitologia grega quanto à discussão que Sócrates conduz em *A República* — e em um universo amazônico, estão as mulheres do Sayré, um menino com a bandeira, um velho pajé e os outros personagens da procissão, que saem dos confins da floresta caminhando com o objetivo de ir morar na República. Enquanto a procissão sonha e se dirige à “terra verde”, salubre e bem-aventurada, os que vivem na República vão acabando com todo verde e salubridade que poderiam ter ali existido.

A República, de Platão, é um dos mais famosos diálogos socráticos. Datado do século IV a.C., é o diálogo que mais detalhadamente expressa os pensamentos teóricos da doutrina filosófica ético-política de Platão. A discussão começa com o conceito de justiça, vai construir um modelo hipotético de cidade até chegar na famosa Alegoria da Caverna.

1.

No livro II de *A República*, de Platão, Sócrates e Adimanto conversam sobre as origens da sociedade e do Estado. Tentando descobrir o que é a justiça, Sócrates sugere que se observe a sua ocorrência em “caracteres maiores”, na pólis, para depois poder compará-la com a sua “ocorrência miúda”, no idiotas. Dessa forma, combinam o seguinte: “Edifiquemos pois em pensamento um Estado cujos alicerces sejam as nossas necessidades” (Platão, *A República*, II, 369c) .

A imaginação de uma cidade hipotética implica em uma série de reflexões que se estendem por várias camadas do que se necessita e do que se pode acrescentar às necessidades básicas de uma vida em sociedade. Esse começo, que em Platão passa pela construção fictícia (poiên logos) de uma cidade, também acontece em *A procissão do Sayré*, quando Dioniso, o dirigente da República Mineral, convoca: “Povo desta República. Ei-nos sem mágoa, sem rancores, prontos a organizar nossa República. Todos deverão ajudar e ajudar-se mutuamente, segundo seja possível e de acordo com as necessidades” (LOUREIRO, 2001, p. 102).

Viver em conjunto requer organização, tal como Dioniso, Adimanto e Sócrates já tinham percebido. A questão é que, enquanto Adimanto, Sócrates e seus outros interlocutores pensam sobre como poderia ser uma cidade, Dioniso está à frente de uma — chamada de República Mineral — e vai organizá-la ao mesmo tempo em que a governa. As discussões trazidas pelos personagens da peça ecoam em muitos momentos as entabuladas entre Sócrates e seus interlocutores de *A República*; não obstante, Dioniso (lembramos que o deus é, na Grécia, o patrono das artes dramáticas) está, de fato, à frente de uma República (por que não imaginar à frente de *A República*?). No texto de Platão, organizar a cidade de acordo com a necessidade é uma conversa que se estende por um bom pedaço do Livro II, em que, juntamente com Glauco, Sócrates discute o que é necessário para a cidade, estabelecendo o que seria o básico e paulatinamente acrescentando mais coisas até chegar à opulência luxuosa e talvez desnecessária. A cidade é dos homens, note-se, não é a cidade dos porcos, Glauco comenta de maneira pertinaz; separar o que é necessário do que é luxuoso ou excessivo não é uma tarefa simples.

Para aumentar ainda mais as dificuldades de Dioniso e de sua república a se organizar, é preciso considerar que apesar de aparentar uma vontade de organização comunitária, Dioniso sobrepõe seus interesses pessoais aos interesses do todo. Seus assessores não deixam de avisá-lo, revelando preocupações contundentes provenientes da sociedade. Ainda sim, Dioniso afirma: “Aqui em nossa República tudo será como eu quiser que seja” (LOUREIRO, 2001, p. 103). Cabe ressaltar que enquanto isso acontece, a Procissão do Sayré está indo para a República Mineral, caminhando e cantando sobre o que eles deixaram para trás e o que sonhavam encontrar.

Essa ideia de aparentar ou de parecer é bem cara para a discussão socrática. Ela começa no Livro II, antes da conversa sobre o que é necessário para a cidade (cf. 365c e 365d) e constitui um importante pilar para a construção do argumento de *A República*. Com efeito, uma discussão que se alonga no Livro I e no Livro II é sobre a justiça. A aparência da justiça poderia funcionar como justiça? Ou ainda, o que é mais importante: ser justo ou parecer justo? Tudo isso vai culminar em uma discriminação criteriosa entre o que é, o que parece ser e o que não é. O que é e o que não é são mais facilmente identificados; o problema é o que parece ser, pois o parecer confunde a apreciação adequada dos valores a serem edificados na cidade. Esse assunto, em breve, se somará à discussão sobre a mentira e a verdade.

2.

A discussão em *A República*, efetivamente, passa pelos governantes e pela governança de interesses: os interesses pessoais, os interesses da cidade e os interesses do povo. Os interesses do bem comum devem se sobrepor a todos os outros, e para fazer com que esses prevaleçam, é dado ao governante mentir, tal como propõe Sócrates no Livro III:

Aos magistrados também, de preferência a todos os demais, cumpre mentir, enganando aos inimigos ou aos concidadãos, no interesse da sociedade. A todos os mais deve ser vedada a mentira. Diremos mesmo que o cidadão que ilude os magistrados é mais culpado que o enfermo que ilude o médico (PLATÃO, *A República*, III, 389c).

Vejamos que, no argumento de Sócrates, há espaços em que a mentira seria tolerada, principalmente quando ela parte dos magistrados. Mas ao cidadão comum não é dada a prerrogativa da mentira. Não se mente a um médico, assim como não se deve mentir a quem

governa. A questão da mentira, que abre a discussão no Livro III, é fundamental para construção do argumento que levará à expulsão dos poetas. Em que pese a diferença da função da “mentira” em cada um dos textos, veremos que no enredo de *A procissão do Sayré*, a mentira em benefício do todo não só será tolerada, como será uma prática ostensiva: “Tudo é uma questão de interpretação” (LOUREIRO, 2001, p. 104). Assim, Dioniso muda o nome da República Mineral para República Numeral, e estabelece que todos os fatos, números, estatísticas e prognósticos deverão ser olhados pelo lado “positivo”, retirando do conhecimento público informações que possam dar um outro viés para a interpretação da cidade. Eis o momento em que o nome da cidade é mudado:

Ora, vocês mostram mesmo que precisam de meu poder para viverem com decência. E as estatísticas, pergunto eu? E as estatísticas? As estatísticas resolvem tudo. Os números. Ah! os números! Para que foram feitos os números? Para que pudéssemos utilizá-los segundo “nossa” utilidade. (Como iluminado por uma nova ideia) Pronto. Veja o que me ocorre agora. Há muito que desejo encontrar o nome definitivo para nossa terra, que provisoriamente chamamos de República Mineral. Daqui em diante se chamará: República Numeral (LOUREIRO, 2001, p. 105).

Ao mudar o nome da república de Mineral para Numeral, Dioniso joga com a semelhança paronomásica dos nomes. A um desatento, pode parecer que não houve muita mudança, afinal, só se trocaram as três primeiras letras, não se mudou a sílaba tônica, sonoramente as palavras se parecem. Mas se a discussão é entre ser e parecer, o que era mineral na república agora se transforma em número. O que era sólido, homogêneo, definido, se transforma em algo mutável, heterogêneo, moldável: se o mineral não era sujeito à interpretação, devido ao caráter de sua constituição, o número é o que pode ser enviesado e conduzido de acordo com um objetivo. Se a República Mineral era sólida e funcionava de acordo com bases definidas e perenes, na República Numeral, o mineral será transformado em número, em recurso, em algo a ser explorado e transformado — o sólido se esvai, extraído e exportado, transformado em matéria prima para trocas numéricas e financeiras, que privilegiam os interesses de alguns em detrimento dos interesses de todos.

Nesse sentido, a aparência retorna à discussão, já que, aparentemente, o mineral é quase numeral e o numeral é quase mineral. Mas a solidez mineral da República está sendo sorrateiramente levada para a volatilidade do número, para as oscilações que as ações e os preços podem sofrer: o mineral se tornou algo volátil, uma commodity comercializada e sujeita às flutuações do comércio externo. A República Mineral, sólida e estável, agora passa a vender aquilo que a constitui em sua essência, tornando-se sujeita aos trâmites das variações e a transformar-se em aparência. Ou seja, os números podem ser conduzidos, mascarados, aparentar algo que não são; os números podem ser um instrumento da mentira.

O caso é que, em Platão, a questão da mentira está muito associada à mistura. O problema não é a mentira em si, mas a mistura da mentira com a verdade, o que pode significar que os cidadãos percam a capacidade de discernimento entre uma coisa e outra. Já em *A procissão do Sayré*, a mentira é ocultação de dados e informações que possam dar a ver “o lado triste das coisas” (LOUREIRO, 2001, p. 106). A condução de Dioniso não quer, como pretende a de Sócrates, fazer com que os cidadãos saiam do idios para a polis, do

pequeno para o grande, do particular para o geral, mas uma condução específica do olhar: “Vocês devem olhar sempre nesta direção. Na direção de vosso dirigente. Daqui sairá a única verdade para o bem da coletividade” (LOUREIRO, 2001, p. 106).

Esse é, inclusive, o argumento que sustenta a decisão de expulsar os artistas — tal como, aparentemente, se daria em A República. Na obra platônica, o parecer é condenado e afastado da cidade. Já na peça, o pintor, o poeta e o músico são acusados de fazer os outros acreditarem naquilo que dizem ver. Mas é preciso ressaltar que se em A República os artistas podem fazer parecer, na peça os artistas fazem ver a verdade. Isso é perigoso para Dioniso, que então conclui:

Acontece que a minha razão é a da república. Contrariá-la é crime de responsabilidade. Vejo que estes artistas pertencem a uma ordem muito antiga. Uma desordem, aliás. Não se enquadram nessa nova estrutura. Não veem os fatos como nós os vemos. São prejudiciais a nossa ordem. Não há lugar para eles na República Numeral. Mas o seu valor não será esquecido, diminuído, pois a história há de registrar o apreço que temos pelas artes (LOUREIRO, 2001, p. 109).

Vejamos que o argumento de Dioniso imita a superfície do argumento de Sócrates. Os dois congratulam e expulsam os poetas. Os dois acusam os poetas de trazerem à cidade uma forma de olhar e de contar as coisas que “desordenam” ou que fazem com que o cidadão execute coisas que vão além de sua função, pois na cidade ideal “cada um só cuida de uma coisa” (PLATÃO, A República, III, 298e). Mas Sócrates permitiria a mentira proveniente dos magistrados, tendo em vista o bem comum e a prevalência da justiça na cidade, não da aparência de justiça. Dioniso, por outro lado, aproveita o argumento socrático para direcionar o olhar dos cidadãos, tendo em vista uma aparência de justiça e os seus interesses pessoais.

Sendo ele o dirigente, poderíamos supor que ele conduzisse a cidade para uma direção apropriada? Ocultar é mentir? Dar aos cidadãos apenas um pedaço do todo é uma espécie de mentira? Na medida em que esses cidadãos são paulatinamente expropriados da possibilidade de enxergar a própria vida em uma perspectiva maior, sim. E a expropriação não é apenas do nome, mas ela se torna expropriação daquilo que existia de sólido na vivência das pessoas — o espaço. As fábricas instaladas nas margens e nas cabeceiras do rio Tocarena estão provocando efeitos danosos na população, de erupções na pele e tumores no corpo, à cegueira. E a população vai se afastando daquilo que a adocece, ficando restrita a um ínfimo espaço no próprio território.

Quando a República Mineral torna-se República Numeral, não só o nome muda. As relações da República também se transformam. Se antes certos grupos não tinham tanta entrada e poder de barganha com o estado, na República Numeral os financistas vão ganhando cada vez mais espaço. Com efeito, na Cena X, um dos financistas, discutindo com Dioniso (que também vai sofrer as consequências da volatilidade dos números no seu próprio poder) afirma: “Acontece que já adquirimos terras correspondentes a três quartos da área deste território. Não somos nós, portanto, os inquilinos, mas os queixosos” (LOUREIRO, 2001, p. 120). De inquilinos a donos: o erro de Dioniso talvez tenha sido supor que a volatilidade manteria as estruturas intactas, sólidas como eram antes. Mas, uma vez transformadas em numeral, todas as estruturas que antes eram sólidas vão se corroendo para se adaptar à volubilidade do sistema financeiro que, obviamente, almeja ser mais que

financeiro para ser, também, político. Nessa cena, inclusive, vemos Dioniso começar a discutir com os financistas do alto; progressivamente os papéis vão se inverter, e Dioniso termina embaixo, acatando, sem opção, o que por eles é determinado.

3.

A crise sanitária que atinge a população torna-se cada vez mais incontornável e chega, inclusive, ao próprio Dioniso. A partir daí, ele precisa agir como um dirigente, pensando no bem maior de seu povo, para além das aparências, pois não se pode fazer o povo aparentar uma saúde que não tem. No entanto, sem ter como legislar em um território que não mais pertence à República, Dioniso e a população são surpreendidos com a seguinte decisão:

Fica resolvido o seguinte: seja transferida a população da república para a área de propriedade privada dos cidadãos, onde os alegados efeitos da industrialização ainda não chegaram, território que, não pertencendo à nossa organização, não terá seus efeitos creditados a nós. Desejamos que todos sejam felizes na nova terra (LOUREIRO, 2001, p. 125).

O que é concreto — os efeitos da poluição na população — torna-se suposto, ou, como a fala protocolar dos financistas anuncia, são alegados, “os alegados efeitos da industrialização” — tudo torna-se aparência — até a doença. Imagine-se se Édipo poderia legislar em Tebas se assumisse que a peste na cidade era alegada, mas não sofrida, pela população. Dizem que há peste, mas considerar-se-á que essa reclamação é infundada: É o que os financistas fazem na República Mineral. Dizem que a população sofre com a poluição. Que se mudem para outro lugar, para o lugar que lhes pertence, para onde ainda resta alguma solidez. Mas uma vez ali vivendo, não poderão reclamar sobre os efeitos da poluição, pois cada um responde pelo que acontece no seu próprio território. Ou seja, a República Mineral está completamente volúvel e sujeita às interferências externas.

Em A República vemos a progressão paulatina de um argumento que estabelece que “a justiça garante a cada um a posse do que lhe é próprio e o livre exercício daquilo que lhe corresponde” (PLATÃO, A República, IV, 433b); para chegar nessa formulação, entretanto, Sócrates vai deixar que todos os assuntos tangenciais a esse apareçam e vai discuti-los, conduzindo-os a uma base comum, que é a ideia de justiça. Com isso, o filósofo parece demonstrar que a justiça tem ecos em todas as coisas e o desajuste de funções e habilidades é um passo para a injustiça.

Pensando por esse viés, a estratégia utilizada por Sócrates, ou o “regime interno de poder’ que determina o modo no qual os enunciados ‘se governam entre si para constituir um conjunto’” (AGAMBEN, 2010, p. 6), de deixar os assuntos pulularem para conduzi-los segundo um olhar específico é o recurso para executar a prerrogativa do magistrado de priorizar o bem comum, mesmo que seja através da mentira. Todavia, enquanto Sócrates imagina uma cidade, ou constrói uma cidade, através do logos, visando um magistrado justo, em A procissão do Sáyre, o dirigente direciona os enunciados para onde deseja, não para a prática da justiça nas pequenas coisas. Ou seja, ele é um idiotes na posição de polites, pois legisla em benefício próprio.

As consequências dessa situação aparecem no final da peça, quando cada habitante tem somente um metro quadrado para ocupar, de maneira que nem Dioniso pode se

diferenciar dos demais, ocupando mais espaço; a República também não pode receber os recém-chegados da Procissão do Sayré, por causa da falta de espaço. As consequências de um magistrado que legisla como um idiotes, ou que ocupa um espaço como se estivesse em outro, ou não está em posse do que lhe é próprio, agindo de maneira injusta, estão completamente expostas no enredo da peça.

4.

Em *A República*, depois de considerar sobre o estatuto das narrativas e condenar as narrativas mistas, como a epopeia, em que vemos o poeta falar por si e imitar outros, ou seja, assumir o próprio e o de outrem — o que é uma situação injusta —, Sócrates congratula e expulsa os poetas. Os poetas seriam agentes do simulacro na cidade, e o que se busca é ideia de justiça, não a aparência de justiça. Se as narrativas das epopeias, apesar de serem bem conhecidas, não fornecem um bom exemplo para a educação da cidade, é necessário que se façam outras, que obedeçam o já estabelecido: ou o poeta fala por si ou imita tudo, sem meio termo, sem narrativa mista.

Com efeito, no Livro III, Sócrates parafraseia um trecho da *Iliada*, mostrando a Adimanto como ficaria a cena da súplica de Crises para Agamemnon em uma narrativa simples, sem imitação (PLATÃO, *A República*, III, 393e, 394a); faz uma tradução do grego para o grego, como afirma Jacyntho Lins Brandão ao comentar esse procedimento (cf. BRANDÃO, s.d., p. 10). Ao final do Livro III, Sócrates consolida a estratégia que repetirá em outros momentos de *A República*: cria suas próprias histórias, como o mito das raças, que encerra esse pedaço da discussão ao sistematizar, de modo narrativo, a ideia de que cada cidadão tem uma função na cidade e deve executar a sua função e não outra.

Para Jacyntho Lins Brandão, “o ponto de partida são as cidades inchadas existentes; do mesmo modo, para pensar um gênero poético no e com o lógos, o ponto de partida são os gêneros inchados de mimese existentes” (BRANDÃO, s.d., p. 8). Podemos ver que Loureiro desincha ou enxuga o volume das discussões entabuladas no referido diálogo, que é também um gênero que faz uso de alguns recursos do drama. Loureiro experimenta uma espécie de aplicação prática do projeto platônico, não exatamente como exemplificado no próprio diálogo, quando Sócrates transpõe a súplica de Crises para uma narrativa simples, mas em outro extremo, o do texto teatral, que, de fato, é considerado a “pura imitação” na teoria dos gêneros platônica.

Brandão, ao analisar a súplica de Crises, explicita os métodos da “tradução” mais detalhadamente:

O exercício platônico de tradução supõe entretanto ainda vários outros aspectos, dentre os quais salientaria: a) do ponto de vista do modo narrativo, uma significativa perda dos elementos visuais característicos do estilo homérico; b) do ponto de vista do ritmo da narrativa, a eliminação dos elementos de retardamento da ação, em benefício de um estilo que leva rapidamente aos desfechos, narrando o essencial; c) com relação ao colorido do estilo homérico, destaca-se o desaparecimento de todos os epítetos; d) no que concerne aos aspectos de organização estrutural do discurso, tem-se um predomínio da hipotaxe, em vez da parataxe homérica (BRANDÃO, s.d., p. 11).

Seguindo o raciocínio de Brandão, podemos dizer que o texto dramático de Loureiro também tem as suas técnicas de fazer um exercício de tradução platônico. Ele cria uma narrativa toda imitativa, em que “o poeta, suprimindo tudo o que poderia introduzir seu nome nas falas dos interlocutores, só deixa o diálogo” (PLATÃO, *A República*, III, 394c). O estilo de Loureiro também não retarda a ação, pois temos desfechos rápidos, e características estruturais próprias do texto teatral. É preciso ressaltar aqui que, ao seguir o raciocínio de Brandão sobre a tradução do grego para o grego, estamos pensando sobre exercícios de tradução de Platão, tanto os que o próprio Platão faz — traduzindo trechos da *Iliada* ou traduzindo o seu argumento em prática, criando mitos, como o das raças —, quanto os exercícios de tradução de Platão que outras pessoas fazem. No caso explorado aqui, quando um argumento presente em *A República* se transforma em uma peça de teatro que exemplifica um extremo a ser evitado segundo o diálogo. É como se Loureiro tivesse feito um texto de pura imitação, uma aplicação tradutória de um texto para o outro. A procissão do Sayré, com efeito, é uma peça em que vemos Dioniso, um dirigente injusto, governando uma cidade. O público poderá assistir como que o desvio de funções — do mineral para o numeral, do privado para o público, das margens para o centro — implica em uma degeneração de tudo: Dioniso legisla em benefício próprio; a República se sustenta em bases sólidas, minerais, mas cede à volatilidade dos números; os romeiros que viviam nos confins da floresta saem de lá para tentarem uma vida nova no centro, na República — todas essas situações implicam em desvios de funções que provocam o colapso geral.

5.

A discussão sobre ser e parecer, uma das mobilizadas na profusão de assuntos que leva à definição de justiça, é basilar para que o argumento socrático se construa. Uma coisa que parece ser estaria se desviando do que ela é de fato, de maneira que é preciso tomar cuidado com as aparências. Dioniso falava uma coisa para o povo, mas executava outra. Os romeiros da procissão do Sayré sonhavam com uma República ideal, que não encontra correspondência na República Mineral, ou Numeral, que eles encontram. Todos, de uma forma ou de outra, estavam iludidos pela aparência — mesmo os financistas, que usaram a aparência para comprar a República.

Conceição Evaristo finaliza *Canção para ninar menino grande* fazendo uma consideração que é interessante para pensar em uma outra perspectiva o que estamos discutindo aqui. Ela diz: “Nem sempre é sábio duvidar do que parece ser. Venho aprendendo que é bom, às vezes, crer no que parece ser. Pois o parecer ser, quando ninguém ainda percebe, é o ser” (EVARISTO, 2022, p. 133). Se a população, e o próprio Dioniso, tivessem assumido as aparências como verdade — a república deixou de ser mineral para ser numeral, o sonho feliz de cidade é só um sonho — talvez tivessem conseguido ver além do que parecia estar em jogo. Se aparentemente o problema eram os números, com o novo nome, os números viraram o mais importante, influenciando todo o resto. Quem cantava os augúrios dessas transformações, o Uirapuru, já avisava dos perigos que se aproximavam da república na *Cena VII*:

Que bela terra sem erro;
República Numeral!
Sua matemática é certa.
Mas seu produto é real?

É terra toda em potência,
nessa estranha tabuada,
onde o que é meu, vale tudo
onde o que é teu, vale nada... (LOUREIRO, 2001, p. 114).

A terra sem erro, ou o modelo desinchado da mimese, só existe na teoria, mas a tensão entre o factual e o ideal, ainda sim, é fundamental para elaboração da própria República socrática, que parte do factual para postular o ideal e assim teorizar sobre a natureza da justiça (e sobre várias outras coisas também, como a teoria dos gêneros, que nos concerne aqui diretamente). Enquanto aplicação tradutória da República para o drama e para o português, a peça de Loureiro funciona como exemplo de uma situação hipotética em que uma atuação política torna-se muito perigosa para todos. Ouçamos o Uirapuru! A matemática é certa e o nosso prejuízo é real.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Signatura Rerum: sobre el método*. Traducción de Flavia Cosla y Mercedes Ruviluso. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

ARAÚJO, Kedma. “Festa do Sairé é repleta de simbolismo e mostra influência portuguesa”. In: G1 Santarém, 08 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2014/09/festa-do-saire-e-repleta-de-simbolismo-e-mostra-influencia-portuguesa.html>>. Acesso em 9 de jun. de 2023.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A teoria dos gêneros literários e o estatuto da narrativa simples em Platão*. FALE/UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/jlinsbrandao/JLB_teoria_generos_literarios.pdf>. Acesso em junho de 2023.

EVARISTO, Conceição. *Canção para ninar menino grande*. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2022.

LOUREIRO, João Jesus Paes. Procissão do Sairé. In: LOUREIRO, João Jesus Paes. *Obras reunidas - Teatro e ensaios*. São Paulo: Escrituras, 2001.

PINHO, Relivaldo. *A Amazônia transfigurada no teatro de João de Jesus Paes Loureiro*. ArtCultura, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 49-65, jul-dez. 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8304341.pdf>>. Acesso em abril de 2023.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Eduardo Menezes. São Paulo: Editora Hemus, 1970.

PLATÃO. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.